



CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL
Ata da 81ª reunião, realizada em 26 de novembro de 2014

1 Em 26 de novembro de 2014, reuniu-se a Câmara Normativa e Recursal (CNR) do
2 Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), no auditório da Secretaria de
3 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo
4 Horizonte. Participaram os seguintes membros efetivos e suplentes: o presidente
5 Danilo Vieira Júnior, secretário adjunto da SEMAD; Victor Soares Lopes, da
6 Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Wilson
7 Roberto Grossi, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede);
8 Ronan Andrade Nogueira, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional,
9 Política Urbana e Gestão Metropolitana (Sedru); Andréa Greiner da Cunha Salles, da
10 Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas (Setop); Gibran Conde Guedes,
11 da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Cristina Kistemann Chiodi, da
12 Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ); Júnio Magela Alexandre, da Comissão de Meio
13 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa do Estado de
14 Minas Gerais; Marco Túlio Simões Coelho, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
15 e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Josálvaro de Castro Guimarães, do
16 Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) – representantes do poder
17 público; Paula Meireles Aguiar, da Federação das Indústrias do Estado de Minas
18 Gerais (Fiemg); Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e
19 Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Eduardo Antônio Arantes do
20 Nascimento, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas
21 Gerais (Fetaemg); Marco Aurélio Moreira, da Federação das Associações Comerciais
22 e Empresariais do Estado de Minas Gerais (Federaminas); Fábio Henrique Vieira
23 Figueiredo, do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais
24 (Sindiextra); Valter Vilela Cunha, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e
25 Ambiental (Abes); Newton Reis de Oliveira Luz, do Conselho Regional de
26 Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea/MG); Gustavo Henrique Wykrota
27 Tostes, do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas
28 (Fonasc); Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, do Instituto de Estudos Pró-
29 Cidadania (Pró-Cittá); Ronaldo Rajão Santiago, da Pontifícia Universidade Católica
30 de Minas Gerais (PUC Minas) – representantes da sociedade civil. **Assuntos em**
31 **pauta.** 1) **HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional
32 Brasileiro. 2) **ABERTURA.** O presidente Danilo Vieira Júnior declarou aberta a 81ª
33 reunião da Câmara Normativa e Recursal e registrou a presença do ouvidor
34 ambiental, Rogério Noce Rocha. 3) **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E**
35 **ASSUNTOS GERAIS. Orçamento do Estado. Conselheiro Eduardo Antônio**
36 **Arantes do Nascimento:** “A Assembleia realizou as audiências públicas do PPAG no
37 intuito de colher as emendas populares ao orçamento do Estado, e nós da Fetaemg

38 apresentamos algumas emendas na temática meio ambiente. Eu vou destacar aqui
39 duas. Uma emenda de R\$ 1 milhão para o IEF, para a efetivação do Cadastro
40 Ambiental Rural, porque não tinha nenhuma destinação para essa atividade. E a outra
41 é de R\$ 400 mil, atendendo demanda do IGAM para elaboração e apresentação, ao
42 Conselho Estadual de Recursos Hídricos, de um Plano Estadual de Segurança hídrica.
43 As emendas foram acolhidas, e agora vamos ver o encaminhamento, porque têm que
44 passar pela votação do orçamento.” **Reunião da URC Alto São Francisco.** **O**
45 **conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento** relatou sobre a tramitação de
46 processo de licenciamento ambiental na URC Alto São Francisco, relativo à
47 implantação de rede de transmissão, e solicitou ao presidente do COPAM que
48 suspendesse a realização da reunião convocada especificamente para tratar sobre o
49 tema, até a formalização da contratação da Emater para elaboração de laudos técnicos
50 que deverão subsidiar as negociações referentes às indenizações aos proprietários
51 atingidos pelo empreendimento. “Na última reunião, nós conseguimos, com apoio
52 decisivo do promotor de Justiça e de outros conselheiros, que a empresa contrate a
53 Emater para fazer, para os produtores que quiserem, um laudo técnico. Não podemos
54 negociar só com o laudo de avaliação da empresa. Eu quero registrar que toda
55 intenção da empresa é de que a questão das indenizações vá para a Justiça, porque
56 sabe que demora anos e anos.” **Presidente Danilo Vieira Júnior:** “Eu confesso que
57 detalhes desse processo eu fui conhecer aqui agora, na sua explanação. Vou entrar em
58 contato com a Supram para me aprofundar na questão e ver o que conseguimos para
59 buscar essa convergência, que é garantir a continuidade do processo, mas sem violar
60 nenhum direito e garantia daqueles que serão atingidos pelo empreendimento.”
61 **Parque Nacional da Serra do Gandarela.** **Conselheira Maria Teresa Viana de**
62 **Freitas Corujo:** “No dia 13 de outubro, foi criado o Parque Nacional da Serra do
63 Gandarela. Infelizmente, os limites desse parque são muito inadequados, foram
64 elaborados para atender totalmente a mineração. Eu quero que fique registrado,
65 porque isso está diretamente ligado à segurança hídrica de uma região metropolitana
66 com a cidade de Belo Horizonte, e, na outra vertente da serra do Gandarela, está
67 relacionado com a segurança hídrica também dos municípios de Santa Bárbara e
68 Barão de Cocais. Eu queria solicitar que, na última reunião deste ano, em dez
69 minutos, eu pudesse apresentar para esta Câmara o que aconteceu com esse parque, o
70 que isso significa de ameaça à serra do Gandarela e o que ela significa como
71 aquífero. Estou fazendo uma solicitação formal para que, nos informes, eu possa
72 utilizar uma apresentação em PowerPoint, para que isso fique registrado. Porque já
73 estamos percebendo, por parte da Vale, diversos encaminhamentos para licenciar
74 seus empreendimentos e estamos com diferentes frentes para lidar com isso e que isso
75 fique claro, porque estamos vendo o que está acontecendo com a questão de
76 abastecimento de água no nosso Estado.” **Gestão ambiental em Minas Gerais.**
77 **Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo:** “Eu quero registrar o quanto foi
78 lamentável, em uma URC, diante dessa mesma situação das nossas decisões ligadas à
79 área ambiental, o desrespeito que houve com uma pesquisadora da UFMG, em uma
80 reunião relacionada com a LP da Manabi. Também lá se repete o que o Eduardo falou

81 em relação à outra URC, de Pareceres Únicos da Supram favoráveis, postergando
82 situações e medidas que deveriam ser consideradas antes da LP. Nós da sociedade
83 esperamos que isso um dia seja só uma página muito difícil da história deste Estado
84 na gestão ambiental. Que fique registrado que são inconsequentes as decisões que
85 estão sendo tomadas, que a parte do governo que deveria olhar a questão ambiental
86 tem sido extremamente irresponsável e que é responsável pelas consequências que
87 estão acontecendo já na situação de Minas Gerais.” **4) EXAME DA ATA DA 80ª**
88 **REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 80ª reunião da Câmara Normativa e
89 Recursal, realizada em 22 de outubro de 2014, com abstenções dos conselheiros
90 Newton Reis de Oliveira Luz, Maria Teresa Viana de Freitas Corujo e Paula Meireles
91 Aguiar. **5) MINUTA DE DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM PARA**
92 **EXAME E DELIBERAÇÃO. 5.1) Minuta de Deliberação Normativa COPAM**
93 **que aprova a lista das espécies da flora ameaçadas de extinção do Estado de**
94 **Minas Gerais e dá outras providências. Apresentação: IEF.** Minuta de
95 Deliberação Normativa retirada de pauta com pedido de vista da conselheira Paula
96 Meireles Aguiar e vista conjunta solicitada pelos conselheiros Fábio Henrique Vieira
97 Figueiredo, Carlos Alberto Santos Oliveira e Victor Soares Lopes. **6) PROCESSOS**
98 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE RECURSO DE AUTO DE**
99 **INFRAÇÃO. 6.1) Indústria de Farinhas Barbacena Ltda. Fabricação de rações**
100 **balanceadas e de alimentos preparados para animais, inclusive farinhas de**
101 **carne. Barbacena/MG. PA 00334/1996/001/1996, AI 259/96.** Recurso indeferido
102 por unanimidade nos termos do Parecer Jurídico, com abstenções dos conselheiros
103 Paula Meireles Aguiar, Carlos Alberto Santos Oliveira e Wilson Roberto Grossi. **6.2)**
104 **Carmelo Barbosa Pinto. Fabricação de polvilho. Conceição dos Ouros/MG. PA**
105 **01426/2002/001/2002, AI 1049/2002.** Recurso indeferido por unanimidade nos
106 termos do Parecer Jurídico, com abstenções dos conselheiros Paula Meireles Aguiar,
107 Carlos Alberto Santos Oliveira, Wilson Roberto Grossi, Josálvaro de Castro
108 Guimarães e Andréa Greiner da Cunha Salles. **6.3) Santelena Finicolor Indústria e**
109 **Comércio Ltda. Curtume. Ribeirão das Neves/MG. PA 001/1992/004/2002, AI**
110 **043/2002.** Recurso indeferido por unanimidade nos termos do Parecer Jurídico, com
111 abstenções dos conselheiros Paula Meireles Aguiar, Carlos Alberto Santos Oliveira e
112 Wilson Roberto Grossi. **6.4) Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Complexo**
113 **Itabira. Exploração de minério de ferro. Itabira/MG. PA 00119/1986/041/2001,**
114 **AI 067/2001.** Recurso indeferido por unanimidade nos termos do Parecer Jurídico,
115 com abstenções dos conselheiros Paula Meireles Aguiar, Carlos Alberto Santos
116 Oliveira e Wilson Roberto Grossi. **6.5) Serviço Autônomo de Água e Esgoto**
117 **(SAAE). Tratamento de água. Governador Valadares/MG. PA**
118 **00368/2001/002/2001, AI 290/2001.** Aprovado por unanimidade o deferimento
119 parcial do recurso nos termos do Parecer Jurídico, com abstenções dos conselheiros
120 Paula Meireles Aguiar, Carlos Alberto Santos Oliveira e Wilson Roberto Grossi. **7)**
121 **APRESENTAÇÃO DO PLANO DE CONTROLE DE POLUIÇÃO VEICULAR**
122 **(PCPV).** A presidente da FEAM, Zuleika Stela Chiacchio Torquetti, e a analista
123 ambiental Rúbia Cecília fizeram apresentação à CNR do Plano de Controle de

124 Poluição Veicular (PCPV) e esclareceram dúvidas levantadas pelos conselheiros. “O
125 Plano de Controle da Poluição Veicular é uma obrigação que os Estados têm,
126 colocada por uma das Resoluções do Conama, que trata da questão de qualidade do
127 ar, que está no escopo do tema qualidade do ar. Minas Gerais elaborou o primeiro
128 plano em 2010, e a própria Resolução Conama prevê a sua revisão de três em três
129 anos. Então nós deveríamos ter publicado a revisão do nosso PCPV em julho deste
130 ano, mas não foi possível, por uma série de razões. Agora estamos trazendo aqui a
131 conclusão desse processo de revisão. Hoje nós apresentamos uma nova proposta de
132 abordagem, tendo em vista que o modelo anterior é baseado na concessão do serviço
133 público de inspeção veicular, que não teve efeito, ou seja, não foi implementado,
134 mais por uma restrição política do que propriamente uma restrição técnica. Como
135 percebemos que não adiantaria insistir na ideia somente da inspeção veicular, nós
136 estamos ampliando o foco da análise do problema e trazendo uma nova proposta.
137 Este plano é mais um dos instrumentos de gestão ambiental que a FEAM conclui
138 neste momento”, destacou a presidente da FEAM. Após a exposição, foram prestados
139 esclarecimentos também pelo gerente de Qualidade do Ar e Emissões, da FEAM,
140 Flávio Daniel Ferreira. O conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes defendeu
141 que a FEAM utilizasse as informações apresentadas nos automonitoramentos
142 exigidos nos licenciamentos ambientais para incrementar a sua própria rede de
143 monitoramento e solicitou que seja agendada uma apresentação do sistema de gestão
144 da qualidade do ar para maior conhecimento dos conselheiros sobre o funcionamento
145 e a funcionalidade desse sistema. Essa solicitação foi endossada pelo conselheiro
146 Carlos Alberto Santos Oliveira. **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos
147 a serem tratados, o presidente Danilo Vieira Júnior declarou encerrada a sessão, da
148 qual foi lavrada esta ata.

149
150 **APROVAÇÃO DA ATA**

151
152 **Presidente Danilo Vieira Júnior**